Painel Jurídico

#66

27/07/2023

INNOCENTI

ADVOGADOS

40 ANOS

Multa aplicada pela ANPD sinaliza importância da **proteção de dados**

A primeira multa aplicada pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) é um marco histórico para a efetividade da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), na avaliação de nossa sócia da área Cível e Resolução de Conflitos, Janaína De Castro Galvão. Em artigo publicado no Estadão, a especialista analisa os impactos dessa sanção, imposta a pequena empresa.

Já advogada Fernanda Figueiredo, da equipe de Direito Administrativo em Brasília, explica em nota publicada no Migalhas decisão da Justiça Federal que garante a servidor retroatividade no pagamento de adicional de incentivo à qualificação.

A equipe também traz informativos sobre dois temas importantes: a validação, pelo STF (Supremo Tribunal Federal), de colaboração premiada em ações de improbidade, e a avaliação, em curso também nessa Corte, se Tribunais de Contas podem examinar a constitucionalidade de leis municipais.

Este Painel Jurídico traz ainda destaques do noticiário geral nas áreas de Direito Administrativo e Cível. Boa leitura!

Primeira sanção aplicada pela ANPD é marco histórico

Em artigo no Estadão, a sócia da área de Direito Cível, Janaína Galvão, analisa impactos de multa a empresa que feriu a LGPD.

Leia mais

PainelJurídico

É válida a retroatividade de pagamento de **adicional a servidor**

A advogada da área de Direito Administrativo Fernanda Figueiredo, de Brasília, avalia decisão do TRF1 em nota no Migalhas.

Leia mais

PainelJurídico

Atenção: golpistas estão se passando por nossos profissionais

Não acesse link enviado por número desconhecido e não forneça dados. Em caso de dúvida, contate-nos pelos canais oficiais.

Leia mais

PainelJurídico

Colaboração premiada é válida em **ações de improbidade**

Informativo da equipe de Direito Administrativo explica o que muda a partir do novo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Leia mais

PainelJurídico

Cabe à **Justiça Estadual** julgar ações relacionadas a superendividamento, decide STJ

Plano de saúde deve inscrever recém-nascido neto de titular e custear internação da criança

STF reafirma que **servidores sem concurso** devem ser aposentados pelo Regime Geral

Regras de **desempate** para promoção em Defensorias e MPs são inconstitucionais

Fique atento...

STF avalia se **tribunais de contas** podem examinar constitucionalidade de leis

Entenda o que pode mudar com a **reforma tributária** que tramita no Congresso